

PODER

Heloísa: “Não volto com alegria, volto por dever”

No retorno ao Congresso após 18 anos, como substituta temporária de Glauber Braga, na Câmara, ex-senadora critica punição ao deputado e condena moralismo seletivo

» ALÍCIA BERNARDES

Dezoito anos após deixar o Congresso Nacional, a ex-senadora Heloísa Helena (Rede-RJ) está de volta ao Parlamento. Ela assumiu a vaga do deputado Glauber Braga (PSol-RJ), suspenso por seis meses pelo plenário da Câmara, em uma decisão que, segundo ela, simboliza um grave retrocesso institucional. “Não consigo ter alegria por estar aqui. Volto com um sentimento de indignação profunda”, afirmou, em entrevista ao **Correio**.

Heloísa comparou o episódio envolvendo Glauber a situações que viveu no passado, quando ainda exercia mandato no Senado. Ela lembrou ter sido expulsa do prédio do INSS sob gás lacrimogêneo durante o primeiro governo Lula. “Essas cenas me obrigam a não chafurdar no moralismo farisaico, que condena nos adversários aquilo que acoberta nos aliados”, criticou. Para a deputada, o tratamento desigual dentro das instituições corrói a democracia.

Apesar do contexto político adverso, Heloísa afirmou que exercerá o mandato com o mesmo perfil combativo que marcou sua trajetória. Ela elencou como prioridades o fortalecimento das políticas sociais, a fiscalização da execução orçamentária e o aprimoramento da legislação em áreas como saúde, educação, assistência social e segurança pública. “O SUS é a legislação mais avançada do mundo, mas ainda existe um abismo entre a lei e o acesso real da população pobre”, observou.

Questionada sobre a relação com o governo federal, a deputada foi direta. Disse que manterá uma postura institucional respeitosa com o Palácio do Planalto, mas sem conciliações políticas. “Respeito não é covardia nem bajulação. Nunca negociei princípios em troca de cargos, prestígio ou poder”, frisou. Ela também demonstrou

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



A deputada Heloísa Helena disse que não pretende mudar estilo: “Estou mais madura e mais dura”



O absurdo é achar que uma religião é maior que todas as outras e transformá-la em um império para crescer politicamente e economicamente”

Heloísa Helena (Rede-RJ), deputada federal

preocupação com o comando da Câmara e com pautas que, segundo destacou, não refletem as prioridades da população.

A parlamentar criticou duramente propostas legislativas formuladas para atender interesses específicos, como o projeto da

dosimetria das penas aos condenados pelos ataques de 8 de Janeiro, proposta que deve beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro, sentenciado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. Na avaliação dela, discutir o sistema penal é legítimo, sobretudo diante das condições degradantes dos presídios, mas não quando a mudança serve para beneficiar “uma pessoa ou um grupelho político”. “Isso é absolutamente inaceitável”, disse.

Conservadorismo

A deputada também comentou o fortalecimento do conservadorismo no Congresso e o avanço de setores religiosos na formulação de políticas públicas. Defensora da liberdade religiosa, condenou o uso da fé como instrumento de poder político. “O absurdo é achar que uma religião é maior que todas as outras e transformá-la em um império para crescer

politicamente e economicamente”, declarou.

Ao falar sobre sua trajetória, da fundação do PSol à criação da Rede, Heloísa ressaltou que partidos são ferramentas, não fins em si mesmos. “O que move a política são as causas. As estruturas partidárias devem servir à transformação social, não o contrário”, afirmou. Conhecida pelo perfil duro, disse que não pretende mudar seu estilo. “Estou mais madura e mais dura”, resumiu.

Por fim, ao analisar o cenário político atual em comparação à campanha presidencial de 2006, Heloísa criticou a polarização e a superficialidade do debate impulsionado pelas redes sociais. “Eu me interesse pelo Brasil real, não pela idolatria política”, frisou. Para ela, enfrentar a violência e a desigualdade exige investimento em políticas sociais profundas. “No fim, é pobre matando pobre. Sem justiça social, não haverá segurança pública”, argumentou.

Espanha nega extradição de blogueiro

» LUANA PATRIOLINO

A Justiça da Espanha negou o pedido do governo brasileiro para extraditar o blogueiro bolsonarista Oswaldo Eustáquio. Réu na ação que investiga a tentativa de golpe de Estado para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder, ele fugiu do Brasil e, atualmente, vive em território espanhol. A decisão foi da 3ª Seção da Sala Penal da Audiência Nacional da Espanha. Não cabe mais recurso no processo.

A extradição é o processo oficial pelo qual um Estado solicita e obtém a entrega de uma pessoa condenada ou suspeita de cometer um crime. A Advocacia-Geral da União (AGU) disse que aguardará a conclusão da ação. “Como não cabe mais recurso no processo, a AGU aguarda o trânsito em julgado na Justiça espanhola”, disse o órgão, que contratou um escritório local para representá-lo no caso.

Roque de Sá/Agência Senado



O blogueiro Oswaldo Eustáquio está na Espanha desde 2023

Em abril, a Espanha rejeitou outro pedido do governo brasileiro sobre Oswaldo Eustáquio. À época, a Justiça considerou que havia “motivação política” por

parte do Brasil e destacou que não há acordo bilateral entre os países que permita o processo em situações dessa natureza.

Oswaldo Eustáquio está na

Espanha desde 2023. O blogueiro publicou vídeos que incitavam “a prática de atos antidemocráticos favoráveis ao fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal” em 2021. Ele também participou publicamente dos acampamentos que pediam um golpe de Estado no Brasil e, segundo a Polícia Federal, chegou a se refugiar no Palácio da Alvorada com medo de ser preso.

O bolsonarista está foragido desde 2022, após ter prisão decretada no âmbito do inquérito dos atos golpistas. Em junho de 2020, foi preso a pedido da Procuradoria-Geral da República, também por envolvimento com atos antidemocráticos que pediam o fechamento das instituições democráticas. Em prisão domiciliar, o blogueiro foi proibido de usar redes sociais e manter contato com outros investigados, mas teve nova ordem de prisão decretada após descumprir as medidas cautelares.

Decisão favorável a governador do Acre

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria de votos, ontem, para anular parte da apuração da Polícia Federal que investigou o governador do Acre, Gladson Cameli.

Com base nas acusações, o governador virou réu no Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelos crimes de corrupção, peculato, lavagem de dinheiro e fraude à licitação.

A acusação envolve o suposto desvio de recursos por meio de empresas que tinham contrato com o governo estadual. De acordo com as investigações da PF, as empresas

contrataram outras firmas, que tinham familiares do governador como sócios e realizavam o desvio de recursos públicos. Cerca de R\$ 11 milhões teriam sido desviados, conforme a apuração.

Até o momento, o colegiado tem placar de 3 votos a 1 para aceitar recurso da defesa e reconhecer que houve irregularidades na investigação contra o governador. A votação virtual será finalizada amanhã.

Os advogados alegaram que a apuração foi marcada pela requisição irregular de relatórios do

Coaf e outras medidas sem autorização judicial.

Prevalece no julgamento o voto do ministro André Mendonça. Ele citou que as irregularidades ocorreram no início das investigações, quando foram solicitadas pela PF relatórios financeiros do Coaf. As suspeitas começaram a ser apuradas em 2019. Somente nos anos seguintes, o caso foi enviado ao STJ, tribunal responsável pelo julgamento de governadores.

“Dou provimento parcial ao recurso para reconhecer, no tocante

ao paciente, a usurpação da competência do STJ nas investigações realizadas entre 25/05/2020 e 12/01/2021. Assim, voto para declarar a nulidade das provas produzidas contra o paciente e encartadas no período, bem como das provas delas diretamente derivadas”, votou Mendonça.

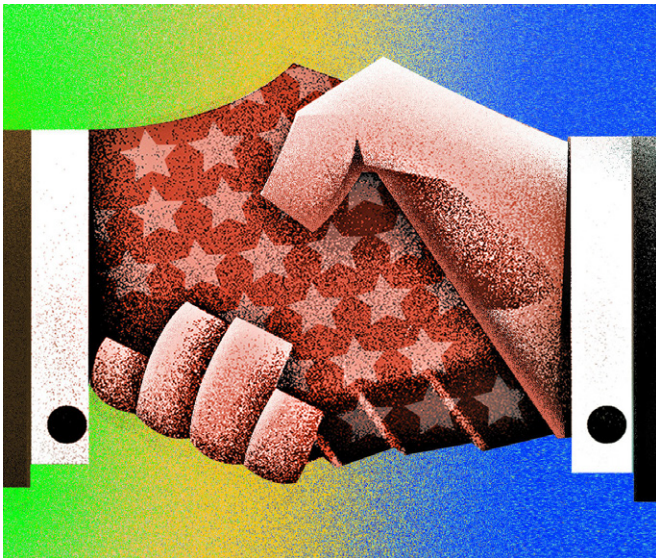
O entendimento foi seguido pelos ministros Dias Toffoli e Nunes Marques. O relator, Edson Fachin, votou contra o recurso da defesa do governador. Faltam os votos de Luiz Fux e Gilmar Mendes. (**Agência Brasil**)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Acordo entre governo e oposição garante avanço do PL da Dosimetria

A Necessidade é um clássico do samba que explora a condição humana com ironia e crítica social, marcas registradas de Bezerra da Silva. Diz a letra: “A necessidade obrigou / você me procurar / você era orgulhosa / mas a necessidade acabou com a sua prosa”. Foi mais ou menos isso que se viu no Senado nesta quarta-feira, na aprovação do PL da Dosimetria pelo plenário, por 48 votos a favor e 25 contra, com uma abstenção. O projeto altera critérios de cálculo e execução de penas e, na prática, reduz condenações impostas aos envolvidos na tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro.

A aprovação do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) não decorreu de consenso jurídico, mas de um acordo político de bastidores entre governo e oposição para limpar a pauta do Senado e destravar votações de interesse do Planalto. A articulação envolveu o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), e o líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), e acabou por expor fissuras internas na base governista, que optou por votar contra o projeto, sem, contudo, obstruir sua tramitação.

Enquanto o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) comemorou abertamente o resultado, Renan Calheiros (MDB-AL) protagonizou um dos discursos mais duros e politicamente reveladores da essência da questão. Comparou o projeto a um “peru de Natal entregue pelo governo a Jair Bolsonaro” e acusou o Senado de participar de uma encenação para atender a conveniências momentâneas. “Eu não vou participar de farsa nenhuma”, afirmou, ao criticar a tentativa de votar uma matéria de profundo impacto institucional “a toque de caixa”, em menos de 24 horas.

Renan revelou, ainda, que fora procurado pelo próprio Jaques Wagner, que lhe teria confidenciado o interesse do governo em “limpar a pauta” do Senado para viabilizar a votação de matérias econômicas consideradas estratégicas, como a taxa-ção das apostas esportivas, estimada em gerar mais de R\$ 20 bilhões em receitas para o Tesouro Nacional. Para Renan, a negociação expôs uma contradição grave: sacrificar o debate institucional sobre crimes contra a democracia em nome de conveniência fiscal e aritmética legislativa.

Graças ao acordo, a CCJ aprovou parecer do relator Esperidião Amin (PP-SC) por 17 votos a 7, acolhendo emenda do senador Sergio Moro (União-PR), que tenta restringir os efeitos da redução de pena aos crimes contra o Estado Democrático de Direito. Amin sustentou que o projeto não configura anistia, mas corrige excessos cometidos na aplicação das penas. “Há um consenso de que a mão foi pesada, muito pesada”, declarou. Ainda assim, o próprio relator admitiu que o texto pode beneficiar outros condenados por crimes contra a democracia, inclusive réus da chamada trama golpista julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

O ponto mais controverso do processo foi a classificação da emenda de Moro como “redacional”. Para Renan Calheiros; para o presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA); e para outros senadores, trata-se claramente de uma emenda de mérito, que altera o alcance do projeto e exigiria o retorno do texto à Câmara dos Deputados. Renan alertou que forçar a classificação como ajuste formal era uma manobra para acelerar a tramitação e evitar novo debate. “Ninguém pode obrigar o Senado a votar uma matéria dessa complexidade em 24 horas”, disse.

Jogo combinado

Ao aprofundar sua crítica, Renan alertou para os efeitos institucionais do projeto. Segundo ele, o PL da Dosimetria desestimula militares legalistas, que se recusaram a aderir à tentativa de golpe, e fragiliza o trabalho da Polícia Federal, que reuniu provas robustas contra os articuladores e executores dos atos golpistas. “Nós vamos frustrar a investigação da Polícia Federal. Nós não podemos permitir que isso aconteça”, afirmou, associando o projeto a um recado político perigoso de leniência com crimes contra a ordem constitucional. Nada adiantou.

Do ponto de vista normativo, o projeto altera a Lei de Execução Penal, redefine percentuais mínimos para progressão de regime e amplia hipóteses de remição de pena, inclusive em prisão domiciliar. Ao substituir a soma de penas pelo concurso formal quando os crimes forem praticados no mesmo contexto, o efeito prático é a redução significativa do tempo total de encarceramento. Mesmo nos casos de liderança de organização criminosa voltada à prática de crime hediondo — hipótese que pode alcançar Jair Bolsonaro —, o cumprimento mínimo de 50% da pena representa, na prática, um abrandamento frente ao modelo cumulativo hoje aplicado.

Nos bastidores do Planalto, a decisão de não criar obstáculos reais à aprovação do projeto atendeu a dois cálculos políticos. O primeiro, garantir o avanço da pauta econômica no Senado, já aprovada pela Câmara; segundo, preservar para o presidente Lula o protagonismo de vetar o projeto em 2026, ano eleitoral. Vetos presidenciais, mesmo quando derrubados, ajudam a dissociar a imagem do presidente da do Congresso e reforçam um discurso de defesa da democracia diante da opinião pública.

O PL da Dosimetria nasce, assim, como resposta mal formulada a um problema real: penas desproporcionais aplicadas a figurantes dos atos de 8 de janeiro. O Supremo aplicou penas severas sabendo que seriam mitigadas; o Congresso legislou ciente do custo político e institucional; e o governo aceitou o acordo para ganhar tempo e pautar a narrativa, com o veto presidencial. Nos bastidores, ministros do Supremo também trabalharam pela aprovação.